

## **REFLEXÕES SOBRE A ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**Wallace Pereira Sant Ana<sup>1</sup>**

**Glauca Tomaz Marques Pereira<sup>2</sup>**

**Lauce Noriyo de Moraes Nozaki<sup>3</sup>**

**Lucas Manoel Andrade<sup>4</sup>**

**Paulo Roberto de Oliveira Santos<sup>5</sup>**

**Cláudia Helena dos Santos Araújo<sup>6</sup>**

*Recebido em: abril/2019*

*Publicado em: dezembro/2019*

### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo analisar alguns fundamentos das bases conceituais da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica, como a lógica do sistema capitalista, o analfabetismo, a formação da classe trabalhadora, os conflitos políticos e as políticas educacionais, bem como os aspectos da integração e articulação entre as modalidades educacionais em questão. Realizamos uma revisão bibliográfica em que, a partir de relatos de professores e estudantes presentes na obra de Castro (2011), discutimos a temática proposta à luz dos referenciais teóricos utilizados. Os resultados mostraram que a articulação e a integração entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica é uma das possibilidades para o enfrentamento e a superação da educação fragmentada e dualista proposta pelo sistema capitalista, a partir de uma formação emancipatória, *omnilateral* e politécnica dos estudantes.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; Integração e Articulação; Sistema Capitalista.

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: [wallacegilvania@hotmail.com](mailto:wallacegilvania@hotmail.com)

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: [gltomazmt@hotmail.com](mailto:gltomazmt@hotmail.com)

<sup>3</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: [laucenoriyo@gmail.com](mailto:laucenoriyo@gmail.com)

<sup>4</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: [lucas.ma.andrade@gmail.com](mailto:lucas.ma.andrade@gmail.com)

<sup>5</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: [po.comunica@hotmail.com](mailto:po.comunica@hotmail.com)

<sup>6</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: [helena.claudia@gmail.com](mailto:helena.claudia@gmail.com)

## REFLECTIONS ON JOINT AND INTEGRATION BETWEEN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION AND EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS

### ABSTRACT

The article aims to analyze some of the foundations of the conceptual bases of youth and adult education and professional and technological education, such as the logic of the capitalist system, illiteracy, the formation of the working class, political conflicts and educational policies, as well as aspects of integration and articulation between the educational modalities in question. We carried out a bibliographical review in which, from reports of teachers and students present in the work of Castro (2011), we discuss the proposed theme in light of the theoretical references used. The results showed that the articulation and integration between Youth and Adult Education and Professional and Technological Education is one of the possibilities for confronting and overcoming the fragmented and dualist education proposed by the capitalist system, based on an emancipatory, omnilateral and polytechnical formation of students.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Professional and Technological Education; Integration and Articulation; Capitalist System.

### INTRODUÇÃO

O estudo traz uma análise de trechos extraídos da obra de Castro (2011), relatados por professores e estudantes dos cursos de Técnicos Integrados em Serviços de Alimentação e Cozinha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Goiânia, os quais nos possibilitou a realizar uma reflexão acerca dos aspectos da sociedade capitalista e de como os mecanismos do capital afeta a proposta de integração entre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Nessa perspectiva, apresentaremos uma reflexão acerca dos fundamentos das bases conceituais da EJA e da EPT, confrontando os relatos dos estudantes a aspectos relacionados à lógica do sistema capitalista; ao analfabetismo e à manutenção do *status quo*; à formação da classe trabalhadora e às políticas educacionais para EJA; à luta histórica, os conflitos políticos e a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); e à integração entre EJA e EPT como possibilidade de oferta de uma formação integral e emancipatória dos estudantes.

Os tópicos de cada discussão foram nomeados a partir de frases extraídas da canção *Pra Não Dizer que Não Falei das Flores*, de Geraldo Vandré. A escolha por trechos da música supracitada se

justifica pelo fato de a mesma abordar uma luta contra a ideologia, que descreve a resistência à Ditadura Militar, regime que figurou entre as décadas de 1960 a 1980.

O percurso metodológico foi construído a partir de uma revisão bibliográfica, com foco na abordagem qualitativa, que têm como perspectiva discorrer acerca dos pressupostos estruturais e conjunturais que ocorreram, e ainda ocorrem, no processo da articulação e integração entre EJA e a EPT. Sobre a revisão bibliográfica, Prodanov e Freitas deixam claro que

[...] o pesquisador deve iniciar amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico, o qual fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica [...] (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 131).

Com base na revisão bibliográfica, ressaltamos em que medida e sentido a proposta de integração das duas modalidades de ensino se contrapõe e, ao mesmo tempo, enfrenta as contradições impostas pelo sistema capitalista. Desse modo, o artigo estruturou-se a partir de autores como Castro (2011) e (2016), Antunes (1999), Saviani (2007), Oliveira (2003) e Ramos (2010).

## **A CERTEZA NA FRENTE, A HISTÓRIA NA MÃO**

Sabe-se que o capitalismo é um sistema vinculado ao processo econômico e social que, utilizando-se dos meios de produção, tem como objetivo principal o lucro e a acumulação de bens e riquezas. Esse sistema, no contexto histórico brasileiro, trouxe várias consequências negativas, dentre elas a desigualdade social, que desencadeou na divisão de classes sociais: de um lado, os trabalhadores, e do outro, os empresários e as elites dirigentes. Do ponto de vista educacional, é importante salientar que:

Como a gente vive numa sociedade capitalista, em que a realidade a gente não vê, na realidade a gente está na aparência, trazer a educação de jovens e adultos para o Instituto é olhar de frente para o nosso país, e não dar as costas (Professora do Proeja do Câmpus Goiânia). (CASTRO, 2011, p. 15).

A dinâmica vivenciada pela sociedade brasileira é representada por um sistema capitalista, em que o capital é concebido historicamente como instrumento de dominação social, por meio de

uma lógica de produção destrutiva, com vistas à manutenção do exército de reserva. Nessa perspectiva, o capital pode ser definido como “[...] um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 188).

A trajetória histórica para a manutenção do sistema capitalista na sociedade brasileira é evidenciada por acontecimentos históricos e pela divisão da sociedade em classes sociais, com vistas à alienação dos indivíduos menos favorecidos, utilizando-se do trabalho do proletariado como mecanismo de efetivação dos objetivos do capital, isto é, de um instrumento dominante para a manutenção do sistema de produção de bens e riquezas e para atender aos anseios das elites dirigentes e proprietários de terras.

Antunes (1999) parte de uma densa e rigorosa análise do trabalho no mundo contemporâneo para explicitar a configuração da classe trabalhadora. Para tanto, se volta para a defesa da “[...] centralidade da categoria trabalho na formação societal contemporânea, contra a desconstrução teórica que foi realizada nos últimos anos” (ANTUNES, 1999, p. 13).

A área educacional é um campo utilizado pela sociedade capitalista com ênfase na transmissão desse metabolismo enraizado de separação social em função do objetivo de formar sujeitos educativos. Esse processo desencadeará, dependendo da metodologia de ensino e aprendizagem, em duas modalidades de educação:

[...] uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não-proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (SAVIANI, 2007, p. 155).

Nesse sentido, nota-se uma conjuntura carregada de individualismo, fragmentação, desigualdade, cujos rastros na história têm sido marcados pelas lutas e discussões em busca de uma sociedade justa e digna. Essa dimensão histórica do capital atingiu a educação, acarretando, além da divisão da escola, como nos relata Saviani (2007), em situações como o analfabetismo e a falta de acesso à educação formal, razões estas que levaram o sistema educacional brasileiro a criar a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, mais recentemente, por meio do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o qual acarretou na

incorporação, de forma articulada, na oferta da Educação de Jovens e Adultos, de nível médio, integrada à Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Esses decretos exercem um papel estratégico na ampliação da formação para o trabalho no Brasil, oferecendo mais prontamente capital humano para o aumento da produtividade e da competitividade da produção material e simbólica da riqueza, vantagem comparativa imprescindível para a instalação de novas empresas multinacionais no país; exercem ainda um importante papel na estabilização da hegemonia burguesa, em tempo de mudanças qualitativas nas relações sociais capitalistas. Ao preverem uma formação de natureza pragmática para segmentos significativos das massas trabalhadoras, contribuem, no campo educacional, para o aprofundamento do apassivamento das lutas sociais, caracterizado pela assimilação de demandas populares aos objetivos dos projetos de sociedade e de sociabilidade hegemônicos (NEVES; PRONKO, 2008, p. 80-81)

Nessa perspectiva, a concentração de terminalidade com vistas à conclusão da escolarização regular contribui para o fortalecimento da inculcação social nos sistemas sociais periféricos e para o acirramento da desigualdade de classes, bem como para a empregabilidade e a implementação de políticas econômicas e sociais baseadas no neoliberalismo.

## **PELAS RUAS MARCHANDO INDECISOS CORDÕES**

Dentre as consequências do capitalismo para a formação educativa, destaca-se o analfabetismo, que está relacionado à falta de instrução elementar das pessoas, ou seja, engloba os indivíduos que não sabem ler e escrever, condicionados pela miséria e pela exploração das classes empobrecidas.

Quanto à taxa de analfabetismo, o índice está muito grande. Eu tô trabalhando como recenseadora e tá difícil. Tem hora que me choco quando chego assim nas casas das pessoas e todas são analfabetas e, gente... a maioria das pessoas estão desempregadas” (Aluna do Proeja do Câmpus Goiânia). (CASTRO, 2011, p. 24).

O analfabetismo, que é um problema de países periféricos, como o Brasil, também serve à manutenção do capital, cumprindo, inclusive, uma função social no sistema capitalista, isto é, a manutenção do *status quo*, tanto da burguesia como do proletariado. Oliveira (2003) descreve em sua obra uma crítica a um país (Brasil) que faz conviver o arcaico junto com o moderno, isto é, a pobreza com a riqueza, o acesso a índices elevados de escolaridades adjacentes a taxas elevadas de analfabetismos.

A superação dessas contradições não é um processo que possa ocorrer espontaneamente, nem os deserdados do sistema podem sequer pensar que uma reconversão da economia brasileira a um padrão menos desigualitário é uma operação de pura política econômica. No estágio atual, nenhuma das duas partes pode abrir mão de suas próprias perspectivas: nem à burguesia se pode pedir que abra mão da perspectiva da acumulação, que é própria dela, nem às classes trabalhadoras se pode pedir que incorpore a perspectiva da acumulação que lhe é estranha (OLIVEIRA, 2003, p. 118-119).

Além de outros propósitos, esse analfabetismo tem como finalidade a criação do exército industrial de reserva (ANTUNES, 1999). Ora, a própria pobreza, normalmente mais presente entre as classes sociais menos abastadas, também está infiltrada entre aqueles que detêm menores níveis de escolaridade. De acordo com Moura (2007), a educação é, historicamente, funcional ao modelo de desenvolvimento econômico do país. Em último caso, quando essas sociedades têm acesso à educação, a fazem em níveis menos avançados que no ensino ofertado à burguesia. Romper com essa dualidade continua sendo uma questão a ser pautada continuamente por pesquisadores, educadores, educandos, sociedade civil, entre outros.

## SOMOS TODOS IGUAIS BRAÇOS DADOS OU NÃO

As elevadas taxas de analfabetismo, percebidas na segunda metade do século XX, estão relacionadas ao afastamento dos indivíduos da escola pela falta de motivação e pela necessidade de trabalhar. Desse modo, tendo em vista a necessidade de escolarização da classe trabalhadora, por volta da década de 1970, criou-se o ensino supletivo, com influência de propostas tecnicistas e voltadas à formação de jovens e adultos para o trabalho manual.

Eu achei muito interessante vocês falarem que os sujeitos da EJA é negro, é pobre; estão falando de mim. (...) Esse aluno que vocês estão discutindo é uma pessoa de verdade, é um trabalhador que sofre, sentado em sala de aula (Aluna do Proeja do Câmpus Goiânia). (CASTRO, 2011, p. 69).

A classe trabalhadora é descrita por Antunes (1999) como a “classe-que-vive-do-trabalho”. Esta objetiva atribuir “[...] *validade contemporânea* ao conceito marxiano de *classe trabalhadora*. Quando tantas formulações vêm afirmando a *perda da validade* analítica da noção de classe, nossa designação pretende *ênfatizar o sentido atual da classe trabalhadora*, sua *forma de ser*” (ANTUNES, 1999, p. 101).

Trata-se de uma classe diversificada, mas que concentra em si sujeitos historicamente tolhidos de seus direitos sociais. Isso fica perceptível na fala da estudante, que concorda com o fato

de que os sujeitos da EJA são, em sua maioria, negros e pobres. Em geral, a classe trabalhadora é representada por esses sujeitos na medida em que o sistema de metabolismo social consolidado pelo capital trabalha para a sua manutenção e inculcação, de modo que, conseqüentemente, esses sujeitos permanecem na condição de oprimidos e sustentam a riqueza das classes dominantes.

Essa maquiagem de preocupação com a alfabetização de todos os indivíduos nada mais é do que uma imposição do Banco Mundial que, devido à evolução da terceira revolução industrial, marcada segundo Oliveira (2003) como era “molecular-digital”, necessita cada vez mais de mão de obra qualificada para o trabalho instrumental e técnico. O ensino técnico integrado à EJA é a alternativa para consolidar o aperfeiçoamento dos trabalhadores e dos que, porventura, necessitam dessa qualificação para adentrar ao mundo de trabalho.

O Estado se desresponsabilizou diretamente também pela educação infantil e pela educação de jovens e adultos, estimulando a sua expansão por meio de políticas de parceria. Inversamente, porém, ampliou de forma considerável a sua atuação direta na “educação profissional”. Mesmo assim, continuou estimulando os empresários industriais, seus sócios históricos na implementação dessas políticas, e, simultaneamente, passou a estimular também o surgimento e a proliferação de novos sócios, mediante incentivos fiscais e de subsídios públicos (NEVES; PRONKO, 2008, p. 66-67).

A implementação de políticas educacionais nessa ótica de ‘desresponsabilização’, por se tratar de uma ‘educação oculta das lentes do Estado’, é que se observa quando a estudante afirma que o trabalhador sofre. E se considerarmos que a EJA é uma proposta de educação reparatória, pois busca garantir acesso à educação aos sujeitos que não a tiveram na idade regular, há que se compreender que os sujeitos que a buscam são integrantes da classe trabalhadora.

Compreende-se então que, além de trabalhar, dedicam parte de seu tempo para os estudos. Para Antunes (1999), com o passar do tempo, sob a perspectiva do capital, o homem dispõe de menos tempo livre para a sua formação ontológica e histórica, pois permanece dedicando seu tempo e forças para sobreviver e atender às exigências do capital e do sistema capitalista.

Fica notório a existência consciente de uma situação de controle do dominante sobre o dominado e que, conseqüentemente, “A ausência de *independência* frente ao capital e seu ciclo reprodutivo a impede de romper essa lógica” (ANTUNES, 1999, p. 122). Entretanto, o caminho para se romper com essas contradições impostas pelo capital é garantir a esses sujeitos um espaço que conduza à compreensão da situação de opressão que lhes é imposta e refletir sobre elas, pois é a partir daí que terão formas de reivindicar melhores condições de vida e de direitos básicos.

Nesse sentido, as propostas de educação devem ser pautadas na contra hegemonia, levando em conta o trabalho como princípio educativo e associando a formação humana com a formação para o mundo do trabalho, garantindo ao trabalhador uma formação emancipatória.

## **CAMINHANDO E CANTANDO E SEGUINDO A CANÇÃO**

A contra hegemonia perpassa por lutas e protestos que, historicamente, foram realizados por sujeitos de todos os extratos sociais, em que as ocupações e reivindicações marchavam pelas mesmas causas: a liberdade e a igualdade.

As coisas não estão abertas aqui ainda, eu acho que a gente tá no processo de abrir o Instituto, né? Então tem um esforço de abertura, mas existe uma inércia estabelecida, existe uma antipatia estabelecida. Como a gente faz? Eu acho que através da militância; forçar, fuçar. Como disse Raul Seixas: faça, fuce, force. Acho que a gente tem que forçar todas as possibilidades da escola de abrir para o Proeja (Professor do Proeja do Câmpus Goiânia). (CASTRO, 2011, p. 137).

Oliveira (2007) nos revela que a militância, ou seja, as lutas sociais e históricas se relacionam com a imposição de uma agenda para forçar o outro a se mover, para romper com a inércia e a antipatia. De igual modo, nota-se que a política é a área que estabelece esses constantes conflitos, que se enraízam em prol de uma agenda de questões, desencadeando em movimentos de lutas e discussões. A disputa ocorre num campo específico, por meio de um intercâmbio desigual, onde o adversário tenta desvencilhar-se e desviar-se da agenda que lhe foi conferida. Nesse sentido, a política “[...] torna-se previsível, jogando às urtigas, pois, a imagem batida de que a política é como as nuvens, que mudam a cada instante. Isso corresponderia à permanente invenção e reinvenção, o que tornaria a dominação não apenas imprevisível, como no limite, impossível” (OLIVEIRA, 2007, p. 16).

A política é comparada a operações realizadas pelos atores dentro do campo de disputa criado, que muda de acordo com os períodos históricos, por meio de um movimento de invenção e reinvenção, gestada e relacionada nos campos de luta pelo uso da linguagem, dos símbolos e das estruturas produtivas. A política não se constitui em um campo, as partículas se movimentam constantemente, principalmente no patamar da flexibilização e imposição para suas decisões políticas, o que acaba por não criar nenhum campo.

A criação do PROEJA, no âmbito RFEPCT, também se relaciona com a política no sentido de Oliveira (2003), ou seja, aqueles que não tiveram a oportunidade de escolarização no tempo regular criam um dissenso ao reclamarem tal oportunidade, efetivada a partir do PROEJA, por meio da integração entre EJA e EPT. “Trata-se de campo que induz ao desenvolvimento de práticas educativas mais próximas dos sujeitos reais, com as suas pretensões imediatas e potenciais, uma vez que sua permanência nas instituições vincula-se significativamente a tal compreensão” (CASTRO, 2016, p. 305).

“Fazer, forçar e fuçar”, como nos fala Raul Seixas, nos leva a refletir acerca da não privação dos espaços públicos e da alteridade, uma vez que a abertura do PROEJA deve ser precedida pela pauta do espaço público, isto é, uma recusa à privatização do espaço educativo e a construção de caminhos que levem não somente à escolarização, mas a formação emancipatória dos estudantes.

Entretanto, pensar o PROEJA significa refletir também em uma eventual apropriação do capital. A partir disso, podemos questionar: o PROEJA pode ser vislumbrado pelo sistema capitalista como um caminho para a formação de um exército industrial de reserva? Não seria uma forma de o capital manter a alienação e dominação?

Assim, percebe-se a necessidade da parte desfavorecida de pautar e criar o dissenso de forma constante, direcionado à criação de espaços estruturados em todos os aspectos para a oferta integral do PROEJA. A importância de reclamar direitos que foram tolhidos historicamente é um dos atos contra hegemônicos necessários para evitar, ou, pelo menos, dificultar tal apropriação do PROEJA pelo capital.

## **APRENDENDO E ENSINANDO UMA NOVA LIÇÃO**

No contexto da integração e articulação entre EJA e EPT, a educação para os jovens e adultos perpassa não somente pela formação elementar, mas deve caminhar para a formação emancipatória e pela luta da igualdade de direitos, por meio de movimentos organizados e de abordagens pacifistas.

Esse processo Proeja tem que continuar e muito mais forte, que este seja o primeiro, mas de muitos outros que virão (Aluna do Proeja do Câmpus Goiânia). (CASTRO, 2011, p. 196).

O PROEJA é, pois, uma proposta constituída na confluência de ações complexas. Desafios políticos e pedagógicos estão postos e o sucesso dos arranjos e a legitimidade dessa modalidade de

educação partem da participação social e no envolvimento das diferentes esferas e níveis de governo em um projeto que busque não apenas a integração desses sujeitos nessa sociedade desigual, mas a construção de sociedade inclusiva, fundada na igualdade política, econômica e social. A inclusão da EJA no Câmpus Goiânia do IFG

[...] acentuou as contradições e fez emergir ações, comportamentos e compreensões conservadoras que acabam por reproduzir aspectos da sociedade brasileira e a constituição do seu Estado. No entanto, tal ingresso permitiu a problematização dessas mesmas posturas e a oxigenação do debate interno, indicando a necessidade de sua superação se a perspectiva for o crescimento e o desenvolvimento da nação, visto que a universalização da educação básica e a afirmação do direito à educação são seus componentes fundantes (CASTRO, 2016, p. 308).

O direito à educação surge a partir de um projeto de nação que visa construir uma escola vinculada ao mundo do trabalho, baseada numa perspectiva democrática e de justiça social. Essa escola é proclamada nos escritos de Antônio Gramsci e descrita por Saviani como uma “[...] escola criativa, entendida como o momento em que os educandos atingiam a autonomia. Completava-se, dessa forma, o sentido gramsciano da escola mediante a qual os educandos passariam da anomia à autonomia, pela mediação da heteronomia” (SAVIANI, 2007, p. 161).

Historicamente, a modalidade de EJA é marcada pela descontinuidade e por políticas públicas tênues, ou seja, pela luta de grupos isolados. Um agravante na situação brasileira diz respeito à presença forte de jovens na EJA, em grande parte devido a problemas na permanência e insucesso no ensino fundamental regular. A análise de Ramos (2010) nos leva a compreender a importância da EJA como instrumento de resistência a uma sociedade pautada há décadas, a qual prioriza uma educação voltada para o mercado produtivo, pautado pela separação entre trabalho e educação:

É, portanto, um desafio para a política de EJA reconhecer o trabalho como princípio educativo, antes por sua característica ontológica e, a partir disso, na sua especificidade histórica que inclui o enfrentamento das instabilidades do mundo contemporâneo (RAMOS, 2010, p. 77).

Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade de uma construção emancipadora do jovem. Para isso, a proposta da EJA deve permear a promoção de uma formação *omnilateral* dos sujeitos, criando a consciência da sua função social. Não se trata apenas proporcionar aos jovens uma possibilidade de acesso ao mundo do trabalho. Trata-se de proporcionar acesso, permanência e

êxito, formando um sujeito crítico, capaz de se posicionar perante as constantes mutações que a sociedade capitalista nos impõe.

A partir daí será possível mudar a realidade educacional dos sujeitos da EJA do país e o futuro da classe trabalhadora, pois, por meio de uma formação integrada é possível vislumbrar um processo formativo de assimilação e transmissão dos conhecimentos aprendidos, despertando outros indivíduos para a militância.

## QUEM SABE FAZ A HORA E NÃO ESPERA ACONTECER

As mudanças advêm de ações coletivas e conscientes da realidade vivenciada. E para agir na sociedade é preciso liberdade de pensamento, criação e expressão, e a educação integrada é uma das possibilidades para condicionar a elaboração de propostas integradoras.

Recentemente eu aprendi a gostar de Machado de Assis, que eu odiava, porque eu não entendia ele, eu aprendi a gostar de Shakespeare, pela primeira vez eu aprendi a gostar de romeu e julieta, que eu também não gostava. Recentemente eu pude ajudar a minha filha a fazer uma redação. O que é uma redação. E mais recentemente eu ajudei ela a passar no vestibular da universidade federal. Agora ela está cursando farmácia (Aluna do Proeja do Câmpus Goiânia). (CASTRO, 2011, 196).

Marx e Engels (1974, p. 942) *apud* Antunes (1999, p. 171), afirma que “o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita”. Essa imposição é pautada pelo sistema capitalista, que influencia o pensamento do trabalhador segundo a lógica do capital, levando-o a trabalhar e viver dentro dessa realidade, sem construir a consciência do domínio efetivo e autônomo da esfera do trabalho em seu sentido amplo e emancipatório.

Dessa forma, o capital promove uma forma de ‘sequestro’ para além do físico, atingindo também o psíquico, ou seja, uma intensificação de exploração do trabalhador e um aumento do processo de alienação em duplo sentido: redução do poder de compra da sua própria produção e a inconsciência do seu processo na produção de *mais valia*, promovendo a retroalimentação do sistema capitalista.

A realidade de muitas famílias é conduzida pelas imposições do sistema capitalista, o que afeta também o sistema educacional. A educação na perspectiva para o mercado de trabalho estabelece um padrão de como deveria ser o trabalhador, que habilidades ele deveria ter para

executar o trabalho precarizado, significando a produção de *mais valia* e atendendo às exigências do sistema. A visão do capital perante a educação brasileira é oferecê-la a partir da “[...] influência preponderante da concepção de mundo burguesa e das necessidades da reprodução da força de trabalho, [...]” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 29).

As mesmas autoras também descrevem o caráter emancipatório da educação para a formação integral dos indivíduos. Segundo elas, a escola como mecanismo de transformação consciente e ético-político dos sujeitos

[...] pode ser útil à classe trabalhadora como instrumento de barganha por melhores condições de trabalho, como instrumento de alargamento do grau de conscientização política e como instrumento da formulação de uma concepção de mundo emancipatória das relações sociais vigentes. Mas, para que a educação escolar se transforme efetivamente em instrumento de conscientização da classe, ela precisa superar a sua sempre crescente subsunção aos imperativos técnicos e ético-políticos da mercantilização da vida, privilegiando na sua estruturação curricular a omnilateralidade e a politecnicidade (NEVES; PRONKO, 2008, p. 29).

Nesse sentido, uma educação dita emancipatória ainda está longe de ser alcançada, pois o sistema capitalista, tendo em vista a sua eficiente capacidade de se reinventar, acaba por levar muitas famílias a se organizar para auxiliar os seus filhos a se adequarem ao que é imposto pelo capital. É preciso, diante do exposto, de promover essa adequação a partir da reflexão crítica das imposições pelo capital e da reivindicação de direitos básicos previstos na Constituição Federal de 1988.

A reflexão aqui exposta nos faz acreditar que a proposta de educação vigente do PROEJA leva em conta a omnilateralidade e a politecnicidade (NEVES; PRONKO, 2008), termos defendidos também por Antônio Gramsci, Demerval Saviani, Gaudêncio Frigotto e Marise Ramos, haja vista que, para além de disciplinas e saberes técnicos específicos, os estudantes da EJA nas Instituições Federais de Ensino devem ter contato permanente com a literatura, a arte, a política, a cultura e outros conhecimentos de formação humanística.

Dessa forma, a EJA tem como uma de suas finalidades possibilitar uma mudança nas condições de se pensar o processo da vida, que nos leva à compreensão da educação em seu sentido amplo: primeiro, uma educação emancipatória e *omnilateral*; e segundo pela promoção de uma vida repleta de sentidos, em que a arte, a música, a poesia, a pintura, a literatura e o momento de criação não sejam apenas parte de espaços específicos, mas parte fundante do ser e suas relações contribuindo para uma vida cheia de sentido.

Na busca de uma vida cheia de sentido, a *arte*, a *poesia*, a *pintura*, a *literatura*, a *música*, o *momento de criação*, o *tempo de liberdade*, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna *autodeterminado*, *autônomo* e *livre*, e por isso *dotado de sentido*, será também (e decisivamente) por meio *da arte*, *da poesia*, *da pintura*, *da literatura*, *da música*, *do uso autônomo do tempo livre* e *da liberdade* que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo (ANTUNES, 1999, p. 143, grifo do autor).

Assim, diante das questões ora discutidas, será possível que os trabalhadores alcancem “[...] uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, necessita encontrar no trabalho seu lócus primeiro de realização. A própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos seres sociais para autorrealização individual e coletiva” (ANTUNES, 1999, p. 143).

O equilíbrio entre o trabalho e a vida social é uma reivindicação atual e tem sido um dos principais aspectos pautados nas ações dos trabalhadores, sendo uma condição preliminar para sua emancipação, uma vez que esse aspecto é entendido como decisivo, pois, por um lado, contribui para uma reflexão fundamental sobre os tempos de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida e, por outro, permite a construção de uma vida dotada de sentido fora do trabalho (ANTUNES, 1999).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de trechos da obra de Castro (2011) à luz dos referenciais teóricos propostos trouxe reflexões sistemáticas em torno das relações dos aspectos conjunturais da sociedade brasileira no que condiz a estruturação e manutenção do sistema capitalista.

A reflexão entre trabalho e educação, descrita e analisada a partir da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), das falas de professores e estudantes dos cursos na modalidade EJA do Câmpus Goiânia do IFG, em conjunto aos autores que discutem a temática proposta, nos levou a compreender como o capital é uma característica fundante da sociedade brasileira e seu aspecto conformador e dominador na sociedade tem se disseminado durante o processo de evolução histórico-social.

Percebemos que a EJA integrada e articulada à EPT deve ser compreendida para além do mercado de trabalho. Essa articulação tem como finalidade a formação integral dos estudantes, partindo de um currículo integrado, que permeie, a partir da interdisciplinaridade, os diversos setores sociais, refletindo acerca das possibilidades de formação *omnilateral* e *politécnica* dos estudantes.

Discutir a relação trabalho, educação, ciência e tecnologia é necessária para que haja a mudança e a superação desses paradigmas, a partir da compreensão dos aspectos sociais como um todo, para que as ações integradoras entre EJA e EPT ofereça possibilidades de proporcionar condições educacionais de um ensino para além do capital, e que os sujeitos da EJA possam se perceber como indivíduos históricos e ativos, capazes de transformar a sociedade, e assim contribuir para uma visão integrada dos processos de formação humana.

Acredita-se que cursos de EPT na modalidade EJA caminham para a oferta organizada e planejada de uma formação emancipatória, *omnilateral* e politécnica, visto que as propostas curriculares têm se pautado pela integração significativa dos conteúdos, ainda que ainda em passos lentos. É preciso caminhar pela via diversa desse sistema destrutivo, utilizando-se de seus objetivos para contrapor e promover o dissenso, para a formação de indivíduos reflexivos e críticos sobre as imposições do sistema capitalista.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro. **O processo de implantação e implementação do Proeja no IFG Campus Goiânia**: contradições, limites e perspectivas. 2011. 245 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em: <[https://ppge.fe.ufg.br/up/6/o/Tese.madna.final\\_PDF.pdf?1335454132](https://ppge.fe.ufg.br/up/6/o/Tese.madna.final_PDF.pdf?1335454132)>. Acesso em: 15.12.2017.

\_\_\_\_\_. O programa de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA) no IFG – campos Goiânia: um percurso contraditório na construção do direito à educação. **Revista Holos**, Ano 32, Vol. 2, 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/2798/1449>>. Acesso em 17.12.2017.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Revista Holos**, Ano 23, Vol. 2, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em 16.02.2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011. (Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa). Disponível em: <<https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>>. Acesso em: 17.12.2017.

NEVES, Lúcia M. W.; PRONKO, Marcela A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Política numa era de indeterminação**: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. (orgs.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15-45.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise. Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. **Revista Educação & Realidade**, v. 35, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/11029/7197>>. Acesso em 17.12.2017.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em 24.08.2018.

VANDRÉ, Geraldo. **Pra Não Dizer que Não Falei das Flores**. [1968]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1KskJDDW93k>>. Acesso em 16 jun. 2019.